**LÍNGUA MATERNA E SEGUNDA LÍNGUA:
QUESTÕES ACERCA DO BILINGUISMO
NA EDUCAÇÃO SURDA**

Sizenana Maria da Silva (UEMS)

suzi2010.maria@hotmail.com

Magno Pinheiro de Almeida (UEMS)

mpa_proflibras_magno@hotmail.com

RESUMO

O objetivo principal do presente trabalho é apresentar as implicações do bilinguismo na educação dos surdos. Trazemos, para tanto, algumas discussões como a desconstrução de noções míticas ventiladas pelo senso comum acerca dos surdos; apontamos ainda os conceitos das filosofias oralista e de comunicação total como entes antecessores do bilinguismo; demonstramos algumas noções acerca da comunidade surda e sua língua materna (libras) e, por fim, enfocamos a questão do bilinguismo como cumprimento da legislação que rege a inclusão do surdo e disciplina o uso da libras como língua mãe e a língua portuguesa escrita como segunda língua. O trabalho é uma revisão bibliográfica e visa alcançar, a título de público-alvo, os estudiosos da educação e das letras. Esperamos que as discussões contribuam para o alargamento dos debates sobre a comunidade surda e resultem em interesse de acadêmicos de letras na formação como intérpretes de libras.

Palavras-chave: Surdos. Bilinguismo. Educação.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar as implicações do bilinguismo na educação de surdos. Previsto nas políticas públicas de educação para o surdo, o bilinguismo compreende o uso da libras como língua materna da comunidade surda, ao passo que a língua portuguesa é usada como segunda língua.

O caminho percorrido pelo surdo até que sua língua visual-espacial fosse assegurada por lei, foi permeado de dificuldades, já que, impossibilitado de ouvir, ele era considerado doente, em uma sociedade majoritária, que prezava pela comunicação oral-auditiva.

Através da implementação do bilinguismo que garante o uso da libras, o surdo não mais é compreendido como doente ou deficiente, mas como um indivíduo que usa outra língua, que não a língua portuguesa oralizada para se comunicar. Agora sua identidade está firmada pelo uso da libras. Não há mais uma fragmentação identitária que o oralismo

causava, onde o surdo nem oralizava com perfeição, nem aprendia a língua de sinais.

A estruturação do trabalho é a seguinte: o item um é denominado *Desconstruindo míticas noções sobre o surdo*; o dois se chama *Filosofias oralista e de comunicação total*; o três é nomeado de *Breves considerações a respeito da comunidade surda e a língua materna* e o quatro é denominado *O bilinguismo e a educação para os surdos*.

A metodologia utilizada é qualitativa e revisão bibliográfica, tendo como fonte primordial a dissertação de mestrado de Magno Pinheiro de Almeida, pesquisador, professor e intérprete de libras de Mato Grosso do Sul.

Os resultados esperados são o de expansão de debates sobre a comunidade surda, bem como o de contribuição para o interesse de acadêmicos de letras na formação como intérpretes de libras.

2. *Desconstruindo míticas noções sobre o surdo*

Ao ouvir a palavra *surdo* é possível que passe à mente de muitos a imagem de uma pessoa que usa um aparelho auditivo, que emite sons incompreensíveis e usa gestos ou mímicas na hora de se comunicar. Esse seria, no imaginário de certa coletividade, o estereótipo do surdo.

Composta de tão poucas linhas, a compreensão de surdo, acima apresentada, está carregada de muitos enganos. São noções propagadas no dia a dia, eivadas de senso comum, que tentaremos esclarecer no estudo que segue. Para tanto, é importante compreender que a pessoa com surdez ou o surdo, é aquele indivíduo que está inserido em uma comunidade surda e, portanto, tem por identidade a língua brasileira de sinais (libras) como língua materna. Sua condição não é entendida por esse indivíduo como uma doença, mas como uma diferença. Se o ouvinte usa o aparelho fonador para emitir sons e, via de consequência se comunica pelo uso da linguagem oral, o surdo usa sua língua mãe para igualmente se comunicar, mas através de sinais.

O uso do aparelho auditivo está mais ligado ao deficiente auditivo do que ao surdo. O primeiro é aquele que possui dificuldade ou impossibilidade de ouvir, porém, não está inserido, por não se identificar como tal, na comunidade surda (BISOL & VALENTIN, 2011). Dessa forma, o aparelho auditivo é o auxiliar na condução da comunicação do deficiente

auditivo, pois se sua língua materna é a língua portuguesa e não a libras, há a necessidade da utilização do sentido audição para que se estabeleça o contato emissor-receptor da mensagem. Cai, portanto, o primeiro mito, que é associar o surdo, necessariamente, ao aparelho auditivo.

Sobre a questão de relacionar o surdo como o indivíduo que emite sons incompreensíveis, é preciso entender que a razão de *alguns* surdos não falarem (há surdos oralizados) se deve ao fato de não ouvirem, e não por terem problemas no aparelho fonador. Daí que, tendo sua capacidade fonadora intacta, é plenamente possível a emissão de sons. A impossibilidade do ouvinte de decodificar os sons emitidos se justifica pela não apreensão do surdo da língua portuguesa falada, já que seu foco primordial é a libras e não a oralização.

Outra incorreção é ligar a comunicação do surdo ao uso de gestos ou mímicas. Para Santos (2009, p. 18, *apud* ALMEIDA, 2014, p. 15) “a língua brasileira de sinais é uma forma de comunicação natural das comunidades surdas. Ela não é simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a expressão”.

A língua brasileira de sinais, como o próprio nome diz, se vale do uso de sinais. Assim, os termos gestos e mímicas não devem ser usados para se remeter à forma de comunicação da comunidade surda. Apesar de ser uma língua que usa expressão corporal e facial, sua estrutura é rica e peculiar, não devendo ser propagada a ideia de que se comunicar em libras é acenar, gesticular, apontar ou imitar.

3. *Filosofias oralista e de comunicação total*

A linha do tempo da comunicação da comunidade surda é composta, basicamente, de três momentos: oralismo, comunicação total e bilinguismo (ALMEIDA, 2014, p. 32), sendo que a última, é o alvo do presente trabalho, sendo, portanto, tratada de forma mais aprofundada no último tópico. Desta forma, passaremos a apresentar os conceitos e implicações do oralismo e da comunicação total.

O oralismo, como o nome sugere, é a prática de introduzir a comunicação oral ao surdo. Tal vertente data de tempos remotos, quando, por exemplo, famílias nobres buscavam uma educação de seus filhos surdos pautada na oralização, como forma de minimizar o estigma social ao qual o indivíduo com surdez padecia, conforme estudo abaixo:

A filosofia oralista prioriza a integração da criança com surdez na sociedade de ouvintes, possibilitando-lhe o desenvolvimento da linguagem oral. Os defensores dessa filosofia afirmam que a linguagem se restringe à língua oral, sendo esta a única forma de comunicação dos surdos [...]. (ALMEIDA, 2014, p. 34)

Nota-se que o oralismo é fruto de uma sociedade que entende que a comunicação oral é a única maneira de haver a integração da criança com surdez à sociedade majoritária, que é a ouvinte. Ao longo do tempo, essa filosofia cedeu espaço à comunicação total, que, conforme afirma Almeida:

[...] defende metodologias auditivas, manuais e orais. Sua principal preocupação está em estabelecer processos comunicativos entre surdos e surdos, surdos e ouvintes. Essa prática preocupa-se com o aprendizado da língua oral, mas acredita principalmente que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado. (ALMEIDA, 2014, p. 35)

A comunicação total, como se observa, é mais abrangente que o oralismo, uma vez que engloba uma série de metodologias com a finalidade de gerar a comunicação entre surdos-surdos e surdos-ouvintes. Dessa forma, ela abarca gestos, leitura labial, dança, língua de sinais e língua oral, e diversamente do oralismo, não enxerga o surdo como doente. (PERLIN & STROBEL, 2009, p. 20, *apud* ALMEIDA, 2014, p. 35)

4. Breves considerações a respeito da comunidade surda e língua materna

No Brasil é possível identificar inúmeras culturas, sendo que cultura, de acordo com Silva e Silva (2006), é um complexo de tudo aquilo que envolve conhecimento, crenças, lei, moral, costumes, hábitos, linguagem e todas as aptidões adquiridos por fazer parte de uma sociedade onde é membro. Esses aspectos culturais são significativos e constituintes das ações e situações dentro de uma comunidade.

O conceito cultura, como vimos, é constituído por vários fatores, e quando colocado em foco o plano da surdez, o cerne cultural estará vinculado ao espaço linguístico. Esse espaço linguístico, segundo Silva (2010), é definido pela sua língua de sinais.

No Brasil a língua materna utilizada pelos surdos é a língua brasileira de sinais (libras), e assim como a língua oficial do país ela possui

suas peculiaridades e não pode ser comparada à língua portuguesa (L2)¹³. Diante de toda uma evolução histórica podemos perceber que o reconhecimento da libras como língua oficial dos surdos brasileiros por meio da Lei 10.436/2002, veio retirar o indivíduo surdo de um estágio fracionado, onde a proposta da oralização trazia à tona um sujeito nem ouvinte nem surdo. De acordo com Almeida:

A língua brasileira de sinais, uma modalidade visual espacial, é a L1 para os surdos. A língua portuguesa, modalidade oral-auditiva, é a L2. Os educadores e pesquisadores passam a pensar a respeito da inclusão e da dificuldade dos surdos em produzir textos e da leitura, e será necessária busca de recursos e práticas pedagógicas para sanar essa dificuldade, determinada pela política nacional de inclusão, ou seja, criar metodologia adequada para aquisição da L2; e assim, levar a mudanças para as práticas educacionais (...). (ALMEIDA, 2014, p. 27)

Outro elemento relevante assimilado pelo uso ou não da língua de sinais é primordialmente a diferença entre os conceitos de surdez e deficiência auditiva. Ainda que nos dois casos haja a perda maior ou menor da percepção de sons, essa diferença é identificada pelo lado identitário da linguagem. Nas palavras de Bisol & Valentin:

Não se trata, portanto, de uma simples nomenclatura. Esta diferenciação permite compreender, por exemplo, que um surdo não passa despercebido em uma sala de aula ou em um local de trabalho, pois utiliza as mãos para se expressar em uma língua gestual-visual e poderá se utilizar da mediação de um intérprete de língua de sinais. A situação do deficiente auditivo é outra: ele será percebido pelos demais quando se nota a presença de uma prótese auditiva ou se percebe alguma dificuldade (geralmente pequena) de fala. É comum que o deficiente auditivo se esforce muito para que sua dificuldade não seja percebida. (BISOL & VALENTINI, 2011)

O surdo nesse aspecto linguístico não é melhor nem pior do que o ouvinte, o que há é uma diferente forma de comunicação, onde o primeiro utiliza-se de uma linguagem visual-espacial, percebendo de maneira diferente os estímulos à sua volta, mas não de maneira inferior ou menos válida.

5. *O bilinguismo e a educação para os surdos*

Como já visto anteriormente, a cultura é composta por elementos como hábitos, costumes, tradições, mas é primordialmente o elemento linguagem o objeto de estudo em questão; é através desse fator que foi

¹³ A língua brasileira de sinais (libras) não substitui a língua portuguesa na forma escrita.

observada a existência e a força da comunidade surda. É nesse aspecto essencial que a cultura do surdo se diferencia da cultura do ouvinte, pois respectivamente, em uma a linguagem é visual-espacial e, na outra, é oral-auditiva.

Fazendo uma viagem na temporalidade linguística dos surdos podem-se apreciar as duas fases educacionais bem delineadas: a oralidade e a comunicação total. Neste momento veremos uma terceira e atual fase, que passa por um momento de transição. Segundo Quadros (2006), essa fase é denominada bilinguismo. Reivindicada pelos próprios surdos, a metodologia do bilinguismo parte:

[...] do princípio que a pessoa surda deve adquirir como primeira língua a “língua de sinais”, e essa deverá ser oferecida o mais precoce possível, o que facilitará o desenvolvimento de conceitos e a sua relação com o mundo. A língua predominante em seu país é ensinada como a segunda língua, na modalidade escrita, e quando possível, na oral. [...] Na filosofia bilinguista existem duas vertentes. Uma defende que a pessoa com surdez adquira a língua de sinais e a língua oral separadas o mais precocemente possível. Posteriormente, a pessoa deverá ser ensinada na língua oficial de seu país. A outra defende, primeiramente, o ensino da língua de sinais e num segundo momento o ensino da modalidade escrita. (ALMEIDA, 2014, p. 36-37)

Através da Lei 10.436/2002 a libras foi reconhecida como língua oficial dos surdos brasileiros e, através da identificação os surdos conseguiram assegurar direitos de inserção plena em diversos meios sociais, um deles na educação, como meio de comunicação e de instrução, partindo do princípio do bilinguismo, cujo objetivo, segundo Martins e Machado (2009) *apud* Almeida (2014) nesse contexto é:

(...) Oferecer à criança um ambiente linguístico em que seus interlocutores se comuniquem com ela de forma natural, como acontece com a criança surda encontra a possibilidade de adquirir a língua de sinais como primeira língua, não como uma língua ensinada, mas aprendida dentro de contextos significativos. (MARTINS & MACHADO, 2009, p. 236, *apud* ALMEIDA, 2014, p. 22)

Para a escola da atualidade surtir o efeito necessário, de acordo com Almeida (2014), é necessário que a libras deixe de ser um corpo estranho no ambiente e esteja inserida em todos os aspectos educacionais de ensino e aprendizagem. Essa inserção bilíngue na Educação será um ponto forte e básico para a autonomia e emancipação do surdo dentro e fora desse ambiente, pois a escola tem um papel profundo dentro da sociedade em geral.

É indispensável, nesse contexto, que a escola e todos os processos envolvidos tenham a necessidade de conhecer as duas línguas envolvidas

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

no processo educacional e o lugar específico que elas ocupam, considerando fatores sociais, culturais e linguísticos. Nessa perspectiva Almeida ressalta que:

A efetivação do bilinguismo na educação está condicionada ao domínio de conceitos relativos aos surdos, à língua e à sua cultura, fundamentais no processo de interlocução, de troca, condições imprescindíveis para a inclusão que hoje permeia os pressupostos filosófico-ideológicos da educação. (ALMEIDA, 2014, p. 22)

A proposta do bilinguismo em conformidade com Quadros (2006) traz à pessoa surda a possibilidade de estabelecer vínculo com duas línguas dentro do ambiente escolar, a primeira língua, a língua materna (L1) libras e, a segunda língua (L2), a língua portuguesa (língua oficial do país). Nesse ambiente a libras aparece como intercessora e instrutora e a língua portuguesa deve ser ensinada na perspectiva do ensino da (L2), sendo necessário buscar recursos, práticas pedagógicas, e criar uma metodologia que torne acessível ao surdo esse aprendizado.

Como todas as línguas a libras possui suas peculiaridades, ao contrário do que muito se imagina ela não se trata de um português sinalizado, mas de uma língua que possui estruturas próprias onde, de acordo com Almeida (2014):

Os surdos utilizam como característica para compor a libras a expressão facial/corporal que será usada no processo do traço semântico do referente “significado”, para passar a ideia de negação, afirmação, questionar, opinar, desconfiar e entre outros. Também temos como característica a configuração de mão (CM), ponto de articulação (PA), movimento (M) e orientação (O), que compõe os aspectos estruturais da libras. (ALMEIDA, 2014, p. 41)

No processo educacional, o profissional que é ouvinte e toma conhecimento da língua de sinais, e se dispõe a aprendê-la e compreendê-la, absorve essa consciência linguística citada anteriormente. A partir desse estágio, esse profissional, no momento do ensino do indivíduo surdo, passa a inseri-lo através de seu trabalho no contexto social, emocional e cognitivo da aula, proporcionando com isso a interação do próprio no ambiente. Isso conseqüentemente ocorrerá pelo princípio bilíngue, com a interlocução entre duas línguas.

Para a efetivação do bilinguismo, e mais, para o alcance de uma educação de qualidade para os surdos, esse direito amparado por lei, de educação a todos, deve ser exercido pelas instituições de ensino regular. É necessário, nas palavras de Almeida (2012) *apud* Almeida (2014, p. 22), (...) “uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência”,

além de reformulação do sistema de ensino para que o atendimento se torne adequado e atenda às diferenças e necessidades educacionais.

6. Considerações finais

O presente estudo teve em seu enfoque apresentar as implicações do bilinguismo na educação de surdos, para tanto se observou a importância de trabalhar a desmistificação da nomenclatura *surdo-mudo*, apresentar noções sobre deficiência auditiva e surdez, algumas incorreções a respeito da língua brasileira de sinais, cultura e comunidade surda e ensaios sobre duas etapas anteriores ao bilinguismo, sendo elas respectivamente a oralização e a comunicação total.

Dentro desse processo se constrói a base de conceitos necessários para alavancar discussões a respeito do objeto de estudo, no caso o bilinguismo. Fica claro que o aspecto linguístico é a essência cultural do surdo, que no caso dos surdos brasileiros é identificada pela língua brasileira de sinais (libras).

Após a aparente falha no processo educacional presente na linha do tempo da comunicação do surdo, com a oralização e a comunicação total, surge reivindicada pelos próprios surdos, a proposta do bilinguismo, que traz em sua metodologia o ensino precoce da língua de sinais como primeira língua (L1) e a língua oficial do país como segunda língua (L2).

Através da Lei 10.436/2002, a libras foi reconhecida como língua oficial dos surdos, e isso proporcionou a inserção dos indivíduos surdos em diversos meios sociais, dentre eles a educação, que agora parte da proposta bilíngue, onde a libras é utilizada como meio de comunicação e instrução no ambiente escolar e a língua portuguesa escrita deve ser ensinada na perspectiva do ensino da (L2).

As implicações presentes nesse contexto são relacionadas à efetivação do bilinguismo dentro do seio escolar, pois o profissional deve dispor-se a aprender e compreender a libras, e a partir disso, buscar propostas que promovam a inserção satisfatória do surdo nesse contexto. Fica visível a dificuldade existente de que um direito amparado por lei seja verdadeiramente cumprido. Para tanto, segundo Almeida (2014), é necessário uma mudança de postura acerca da deficiência e uma reformulação do sistema de ensino, para que o atendimento se torne adequado e atenda às necessidades educacionais como um todo.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Magno Pinheiro de. *Língua de sinais x libras: uma abordagem da historiografia linguística*. Campo Grande: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2014. Disponível em:

<http://www.uems.br/pgletras/arquivos/2_2014-05-23_18-54-27.pdf>.

Acesso em: 21-05-2015.

BISOL, Cláudia; VALENTINI, Carla. *Surdez e deficiência auditiva: qual a diferença? Objeto de aprendizagem incluir*. Caxias do Sul: UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em

<http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf>. Acesso em: 02-05-2015.

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos surdos*, I. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionários de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Márcia do Socorro. Um olhar sobre a comunidade surda. *Fórum Nacional de Crítica Cultural* 2, 2010. Disponível em:

<<http://www.poscritica.uneb.br/anais-eletronicos/arquivos/32%20-%20UM%20OLHAR%20SOBRE%20A%20IDENTIDADE%20SURDA.pdf>>.